


Da questão judaica à questão palestina: o pensador judeu Ernst Bloch e a recusa radical ao sionismo

Marta Maria Aragão Maciel¹
Doralice de Lima Barreto²



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e294>

Recebido: 09-05-2024 | **Aprovado:** 17-10-2025 | **Publicado:** 29-12-2025

Resumo: O presente artigo objetiva refletir o posicionamento político antissionista de Ernst Bloch. Sua constante preocupação com a situação dos judeus na Europa está presente em seus escritos como *Herança dessa época* (1935), um livro contra o fascismo que buscou compreender as razões que levaram à adesão de muitos setores da sociedade alemã ao nazismo. Em *O Princípio esperança* (1959), essa preocupação ganha novos patamares ao denunciar, à luz do marxismo, a constituição do Estado sionista como “invasão de uma terra árabe”. A atualidade da crítica empreendida pelo filósofo ao sionismo mostra como sua constituição em Estado representou o surgimento de uma “questão palestina”.

Palavras-chave: Marxismo; Questão palestina; Questão judaica; crítica do sionismo.

Abstract: This article aims to reflect Ernst Bloch's anti-Zionist political position. His constant concern with the situation of Jews in Europe is present in his writings such as *Heritage of that Time* (1935), a book against fascism that sought to understand the reasons that led to the adherence of many sectors of German society to Nazism. In *The Principle of Hope* (1959), this concern gains new heights when denouncing, in the light of Marxism, the constitution of the Zionist State as an “invasion of an Arab land”. The relevance of the philosopher's critique of Zionism shows how its constitution into a State represented the emergence of a “Palestinian question”.

Keywords: Marxism; Palestinian issue; Jewish question; critique of Zionism.

¹ Possui Graduação em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2010), e Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2013). Possui doutorado pelo Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN (2018).

² Possui Graduação Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Possui especialização em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Cidade Verde. Possui mestrado em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia na Universidade Estadual de Maringá (CAPES 4) com bolsa CAPES. É doutoranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (CAPES 5). Realizou estágio de pesquisa (Doutorado Sanduíche) financiado pelo Programa PDSE/CAPES na Universidad de Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras, na Argentina de abril a setembro de 2024 – Coorientador: Miguel Vedda.

Considerações iniciais

*A noite na cidade é escura, exceto pelo brilho dos mísseis
Silenciosa, exceto pelo som dos bombardeios
Assustadora, exceto pela promessa das súplicas
Escura, exceto pela luz dos mártires.*
(Heba Abu Nada³)

As linhas que se seguem buscam refletir, a partir do pensamento de Ernst Bloch, a atualidade de sua reflexão sobre a questão judaica, a qual culmina na recusa ao sionismo, tornando-se um dos mais radicais críticos da constituição de um Estado judeu na Palestina. A preocupação do filósofo alemão com a situação dos judeus na Europa constitui um dos mais marcantes temas de sua reflexão filosófico-política. Nos anos 1940, escreve na condição de judeu imigrante:

A igualdade dos judeus com outros, se alguma vez existiu, representou uma exceção passageira, não se tornou regra. Por fim retornou, revigorado, o que parecia inconcebível apenas aos tolos que crêem em um progresso que corre à solta: o extermínio. O burguês liberal ficou ao lado, com a arma em prontidão, quando não a apontava pessoalmente contra os judeus (Bloch, 2006a, p. 154).

Em sua produção teórica, é uma constante a preocupação de Bloch com a situação dos judeus, remontando já às suas primeiras obras, não pertencentes ao período marxista do autor. Na busca por interpretar e atualizar a “herança intacta” — elementos da cultura do passado que permanecem atuais no presente —, o jovem Bloch identifica no messianismo judaico uma herança que não deveria ser perdida e esquecida para a história. Em um capítulo esquecido de *O Espírito da Utopia* (1918)⁴, intitulado *Símbolo: os judeus*⁵, lemos o seguinte: “Desperta enfim o orgulho de ser judeu. [...] Temos diante de nós uma expectativa” (Bloch,

³ Último poema de uma das mais importantes escritoras palestinas, morta aos 32 anos, vítima do genocídio realizado em Gaza pelo exército israelense em 2023, e com o apoio da maior máquina de guerra do mundo, a dos Estados Unidos. Durante o massacre em Gaza, escreveu: “Se morrermos, saibam que estamos satisfeitos e firmes, e digam ao mundo, em nosso nome, que somos pessoas justas, do lado da verdade”.

⁴ Todas as traduções de textos de origem estrangeira são de inteira responsabilidade das autoras do presente artigo.

⁵ A redação do texto *Symbole: les juifs* deu-se por volta de 1912, tendo sido incluído na primeira edição de *O Espírito da utopia*, em 1918. O texto foi retirado da edição posterior, de 1923. Na época da redação desse texto, Bloch era participante do círculo de Max Weber em Heidelberg. Em texto escrito sobre *Símbolo: os Judeus*, Raphaël Lellouche fala de sua importância à medida que Bloch introduz o judaísmo como uma problemática que permanecerá em sua “filosofia da esperança”. Sobre o texto do filósofo — ainda não marxista à época da redação do texto em questão —, Lellouche escreve “Toujours entre 1911 e 1912, avant le séjour à Heidelberg et la rédaction de *Symbole: les juifs*, la conjoncture est aussi marquée par un événement déterminant pour la compréhension de l'article. Il s'agit de la réception des écrits de Martin Buber par Lukács et Bloch, qui, comme pour beaucoup d'autres intellectuels juifs occidentaux issus de milieux culturels, va être à l'origine de leur découverte du judaïsme” (Lellouche, 2009, p. 10-11).

2009, p. 139). Como sabemos, desde as primeiras obras, o pensador reivindicou uma filosofia atea que se ocupou amplamente com a religião. Logo, o judaísmo cuja herança reivindica fundamental deve ser lida numa perspectiva, antes de tudo, política. É nessa direção que o filósofo escreve em *Símbolo: os judeus* (de 1912): “os judeus ainda não estão cansados. Eles não param, são como células de um coração que não desiste de bater” (Bloch, 2009, p. 141)⁶.

No exílio durante a Segunda Guerra e o avanço do fascismo na Alemanha, o autor dedica os primeiros anos da década de 1930 à elaboração de *Herança dessa época*, um livro contra o fascismo que buscou contribuir no âmbito da compreensão das razões que levaram à adesão dos mais amplos setores da sociedade alemã ao nazismo, refletindo, dentre outros temas fulcrais, o racismo contra os judeus. Mas é em *O Princípio esperança*, escrito entre os anos do exílio americano durante a Segunda Guerra, que pensar a questão judaica – fundamental na totalidade da obra de Bloch – ganha seu desenvolvimento mais radical. O texto, escrito na mesma década em que o Estado de Israel foi fundado, dedica importante reflexão acerca da saída sionista para a solução da chamada “questão judaica”, problema já tematizado antes por importantes pensadores judeus como Karl Marx e Moses Hess.

Em sua *opus magna*, Bloch assume uma radical atitude política de recusa do sionismo⁷, mostrando que este não somente não solucionaria a “questão judaica” – chegando a apontar seu caráter colonial a serviço das elites econômicas imperialistas –, como também, por acontecer como “invasão de uma terra árabe” (Bloch, 2006a, p. 161), acabaria por levar o Estado judaico a tornar-se “objeto de ódio do movimento nacional revolucionário árabe” (Bloch, 2006a, p. 162). Acerca do Estado recém fundado e sua política na Palestina, o filósofo aponta no Estado sionista “características estranhas ao judaísmo” (Bloch, 2006a, p. 162). Desta feita, as reflexões de Ernst Bloch, já relativamente distantes de nós no tempo,

⁶ Acerca da leitura crítica que Bloch faz da tradição da religião judaico-cristã, conferir o artigo: MACIEL, Marta; RUFINO, Antonio. “*Marxismo e religião ou O ateísmo no cristianismo: a análise de Ernst Bloch*”. *Dialectus*, Fortaleza, nº 21, 2021, pp. 136-154 (Dossiê Ernst Bloch).

⁷ Israel também é conhecido pelo nome “Eretz Tzion”, do hebraico, que significa Terra de *Tzion*, em referência ao Monte Sião, de onde se origina o termo sionismo. Politicamente, em seu nascimento no século XIX, o sionismo propôs a criação de um Estado judeu como saída diante do antissemitismo crescente na Europa. Em sua versão mais liberal-capitalista, expressa na obra *O Estado judeu*, de Theodor Herzl – “autor do único programa sionista que teve eficácia, talvez com Jeremias, mas sem Isaías” (Bloch, 2006a, p. 157), o sionismo foi abraçado por grupos das elites econômicas judaicas e do imperialismo. Na concepção de Ralph Schoenman, o lado oculto do sionismo revela o que ele realmente significa na prática: longe do mito segundo o qual o sionismo defende “uma terra sem povo para um povo sem terra”, se mostra negador da identidade palestina; Israel é tão democrático, ironiza Schoenman, quanto o estado de apartheid da África do Sul; o autor recusa o argumento sionista de que o Estado de Israel é uma grande potência militar apenas para se defender; por último, sobre ser o sionismo o herdeiro moral das vítimas do Holocausto (Cf. Schoenman, 1988, p. 22), diz Schoenman: “la cruel y amarga ironía de esta falsa reivindicación estriba en que el movimiento sionista mantuvo desde el principio una colusión con el nazismo” (Schoenman, 1988, p. 22). O sionismo pode ser então assim definido: uma ideologia que, além de ter fundamentado a construção de um Estado judeu numa Palestina habitada por árabes há milhares de anos, tem buscado há décadas eliminar os palestinos de seu território.

apresentam uma atualidade cuja leitura torna-se imprescindível aos nossos dias, quando a “questão Palestina” deve tornar-se a grande pauta de nossa época.

Algumas reflexões de Ernst Bloch sobre a ascensão do nazi-fascismo na Alemanha

No processo de ascensão do nazismo na Alemanha, Ernst Bloch — bem como outros milhões de militantes de esquerda, judeus, ciganos, intelectuais e demais críticos do regime — foi obrigado a mais uma fase de exílio forçado pelas circunstâncias. Tal contexto, que escancarou o caráter ideológico das filosofias burguesas da história com o fracasso de seu ideal de progresso, direciona o autor a escrever *Herança dessa Época*, obra na qual busca refletir acerca das circunstâncias que engendraram a barbárie extrema representada pelo fascismo. No livro em questão, o olhar do pensador judeu é o olhar do estupor diante de uma barbárie aterradora: a barbárie do nazi-fascismo e da violência programática do Estado contra os “indesejáveis”. Nas palavras de Pierre Bouretz, em sua própria existência, Ernst Bloch “poderia oferecer a figura do autêntico sobrevivente, cara a Kafka e a Walter Benjamin” (Bouretz, 2011, p. 689).

Nos meandros de um texto dedicado a buscar os rastros da herança de uma época que é o passado recente (as primeiras duas décadas do século XX)⁸, se delineia — e é justamente isso o que nos interessa aqui — uma rica reflexão em torno das circunstâncias que levaram à ascensão dos nazistas ao poder. Aliás, num momento de repressão e esfacelamento das forças progressistas e de esquerda na Alemanha, Bloch escreve no início da década de 1930: “O que o partido fez está correto. É o que não fez que constitui seu erro” (Bloch, 2017, p. 7).

Bloch compreende a ligação estreita (leitura comum entre os marxistas) entre o nazismo e o grande capital. Todavia, o autor reflete que tal relação não pode ser lida numa dimensão mecânica. Afinal, o fascismo não foi um fenômeno de adesão meramente da burguesia, mas um fenômeno de massa que, como pudemos ver no caso exemplar da Alemanha, consistiu numa barbárie em direção a qual amplos setores da sociedade se

⁸ Nas diversas obras de Ernst Bloch, é recorrente uma preocupação com o espaço das superestruturas culturais, considerando tal preocupação como fulcral no âmbito do marxismo, para o qual pretende contribuir. Assim, conforme esclarecemos no texto *A herança intacta* (2019), o pensador alemão coloca “como fundamental a compreensão e atualização, para o contexto do tempo presente, daquelas produções utópicas do passado: a herança intacta” (Cf. Maciel, 2019, p. 163). Em *Herança dessa época*, nesta mesma perspectiva, escreve Bloch que a época apodrece e, ainda assim, produz como uma mulher em gestação (Cf. Bloch, 2017, p. 4). Logo, é central da reflexão deste texto pensar se há um uso dialético da herança cultural da burguesia em declínio. Tal reflexão trataremos em artigo em fase de elaboração.

direcionaram. Desta feita, o filósofo tem por escopo buscar uma leitura dialética do real nesse horizonte de crise que o marxismo vulgar não conseguiu compreender (e, portanto, atuar consequentemente). Assim, indo além de um olhar sobre a grande burguesia que financiou a extrema direita, o autor se volta sobre outros aspectos da realidade, procurando analisar outras camadas sociais que aderiram amplamente ao nazismo: parcelas da juventude, camponeses, e camadas médias (os “empregados”, tomando para si uma rica reflexão feita por Krakauer)⁹. Observar essas camadas nessa época de crise significa, com efeito, perceber um universo de aspirações e desejos frustrados. Essas camadas insatisfeitas formam estratos portadores de elementos não-contemporâneos, conceito central da obra: tais elementos dizem respeito a uma espécie de consciência inconsciente. Escreve o filósofo no seguinte fragmento:

Se Spengler previu a era fascista, enganou-se quando a viu nascer, friamente, mecanicamente, das cidades civilizadas do mundo, como produto de uma consciência desperta e tardia. Mas, no que diz respeito aos nossos fascistas, foi Munique que começou, não Berlin, a capital mais orgânica e não a mais mecanizada, e a violência emanou do Volk, do povo – no sentido menos democrático do termo –, de danças de carniceros do folclore mais brutal (Bloch, 2017, p. 46).

O complexo e fundamental conceito de não-contemporaneidade surge como conceito-chave da obra *Herança dessa época*, a partir do qual os demais temas devem ser pensados. Nessa época de crise, observar as camadas não-contemporâneas significa perceber um universo de aspirações, de desejos frustrados que vêm de longe, do passado, por isso sendo não-contemporâneos. Conforme esclarece Jordão-Machado,

O desenvolvimento desigual do capitalismo em sua fase tardia na Alemanha engendrou um conjunto de relações que combina a contemporaneidade das fábricas e a não-contemporaneidade de suas arcaicas condições de vida. Só que para Bloch a não-contemporaneidade das condições alemãs produziu uma dinâmica temporal própria. A Alemanha é expressão clássica da não-contemporaneidade em contraposição à contemporaneidade econômica da Inglaterra e da França (Machado, 1998, p. 60).

Para compreendermos melhor este conceito central, podemos partir da afirmação do autor na obra, ao dizer que “nem todos estamos ao mesmo tempo no mesmo presente” (Bloch, 2017, p. 82), donde vemos a recusa de uma visão do progresso típica das filosofias burguesas da história, e que predominou na parcela dominante da esquerda alemã, a social-

⁹ Sobre o assunto, conferir importante texto de Jordão Machado, intitulado “Walter Benjamin: ‘montagem literária’, crítica à ideia de progresso, história e tempo messiânico”. In: *Walter Benjamin: Experiência histórica e imagens dialéticas*. Org. Jordão Machado, Rubens Machado e Miguel Vedda. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

democrata¹⁰. No pensador alemão encontramos uma reflexão que parte de uma visão multiestratificada do tempo — numa perspectiva relativamente próxima a de seu antigo amigo de juventude Walter Benjamin —, numa dinâmica temporal na qual passado e presente encontram-se entrelaçados. Escreve o filósofo: “Hoje, mesmo certas infraestruturas econômicas, quer dizer, velhas formas de produção e de troca, não desapareceram da história. Inútil então falar das superestruturas ideológicas” (Bloch, 2017, p. 51-52).

Na reflexão do autor em questão, a não-contemporaneidade corresponde a resíduos econômicos e ideológicos que continuam atuando contemporaneamente, ou seja, tratam-se de conteúdos materiais/econômicos, e também espirituais. Os camponeses, por exemplo, manifestam uma não-contemporaneidade que talvez seja a mais óbvia: vivem afastados das cidades grandes e de todas as mudanças mais radicais trazidas pelo capitalismo; Levam uma vida muito próxima à de seus avós e de seus tataravós; e, sobretudo, quando são privados de seu meio de produção, ou seja, a terra, estão ainda mais ligados ao solo antigo, ligados à ilusão do quão boa era a vida nessa sociedade pré-capitalista ou quase feudal. Acerca da situação desta camada na Alemanha em inícios do século XX¹¹, escreve:

Agora a terra está irritada, ela mesma e os seres humanos que a habitam. As causas econômicas estão claras, suas consequências, mais assombrosas que nunca. [...] O campo está contra esta época, está buscando tesouros apodrecidos. [...] Uma velha seiva embriaga o campo com impulsos há muito esquecidos, uma seiva que alimenta os nacionaisocialistas e a mitologia racista. Esta seiva, definitivamente, cria um pastor militante (Bloch, 2017, p. 38).

¹⁰ Acerca da crítica de Bloch ao ideal de progresso das filosofias burguesas da história, abraçado na prática pela socialdemocracia alemã, conferir o artigo de Marta Maciel intitulado “A recusa do marxismo vulgar ou a crítica do progresso: Que as coisas continuem assim, eis a catástrofe”. In: *Revista Dialectus*, Fortaleza, nº 21, 2021 (Dossiê Ernst Bloch).

¹¹ Malgrado o desenvolvimento tardio do capitalismo na Alemanha, no início do século XX este país despontava como uma das mais desenvolvidas sociedades capitalistas industriais do mundo. Entre constantes compromissos entre a nobreza agrária e a burguesia, a modernização capitalista aprofundou as desigualdades e as condições de vida precárias nas classes sociais desfavorecidas. Acerca do capitalismo na Alemanha, continuava válida a reflexão de Karl Marx ao dizer que “onde a produção capitalista se implantou plenamente entre nós (...), as condições são muito piores do que na Inglaterra, pois falta o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas tortura-nos (...) não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a carência do seu desenvolvimento. Além das misérias modernas, oprime-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes do fato de continuarem vegetando modos de produção arcaicos e ultrapassados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Somos atormentados não só pelos vivos, como também pelos mortos” (Marx, 1983, v. 1, p. 12). Acompanhando o desenvolvimento industrial alemão, ocorreu um acelerado processo de urbanização. Berlim, a capital do *Reich*, havia passado de setecentos mil habitantes em 1867 para quatro milhões em 1913. Ainda que a Alemanha tenha se transformado em uma das maiores potências industriais do mundo, escreve a historiadora Isabel Loureiro, “não se pode esquecer o peso da agricultura (apesar de seu irredutível declínio econômico perante o crescimento da grande indústria) na sociedade alemã anterior à Primeira Guerra Mundial. Segundo ele [o historiador Arno Mayer], a Europa como um todo (com exceção da Inglaterra), e a Alemanha em particular, ainda era, no início do século XX, predominantemente rural e agrária, mais do que urbana e industrial. Embora a Alemanha estivesse à frente do restante da Europa no tocante à industrialização e à urbanização, 40% da população alemã, em 1907, ainda morava em aldeias e vilas com menos de dez mil habitantes, e 40% da força de trabalho dedicava-se à terra, produzindo 20% da renda nacional” (Cf. Loureiro, 2005, p. 30).

Em sua análise, o filósofo entende que a burguesia é o “sustentador financeiro do fascismo” (Bloch, 2019, p. 80). Afinal, de modo algum podemos separar o não-contemporâneo do contemporâneo. Logo, é a situação de crise engendrada pelo capitalismo que libera esse voltar-se a um passado mítico, que libera a recordação anacrônica. Como bem esclarece Jordão-Machado,

Seria ainda uma mera lógica abstrata, sem vida [...], se não houvesse uma contradição objetivamente contemporânea, que está inserida e se desenvolve no capitalismo de hoje e com ele. Apenas em relação a esta contemporaneidade a contradição não-contemporânea pode ser corretamente compreendida. É a situação de crise que libera a “recordação anacrônica” (Machado, 1998, p. 61).

Tal anacronismo, em si, não corresponde diretamente aos interesses capitalistas, mas pode ser por ele instrumentalizado, como veremos. Em outros termos, os elementos não-contemporâneos, apartados do contexto histórico-social no qual estão inseridos, não estão ideologicamente em sintonia com os interesses da produção capitalista. Em princípio, de fato, o capitalismo não está em sintonia “com a mentalidade da Idade da Pedra ou da selvageria arcaica. Necessita de empregados pontuais e domesticados, e não de teutões com a mente na terra da abundância durante os negócios e o mito do sangue durante os serviços pós-venda” (Bloch, 2019, p. 94). Todavia, em circunstâncias históricas precisas, quando outros recursos se tornam inúteis para conter o possível e perigoso descontentamento das classes inferiores, “é certo que o grande capitalismo estará disposto a servir-se da suástica” (Bloch, 2019, p. 94).

Bloch reflete que a pequena-burguesia (que não possui a riqueza material da burguesia) que passa a se proletarizar cada vez mais, por não participar da produção (e, em geral, tampouco dos movimentos políticos que surgem como resposta à exploração do trabalho), é desconhecedora da causalidade social, desconhecedora das raízes de seu empobrecimento. Nesse contexto de crise no qual a “recordação anacrônica” surge, Bloch conclui:

O fascismo alemão é a resposta conturbada da pequena-burguesia, e a resposta exata do grande capital, a uma crise que vem à tona. A fraude revisionista dos social-democratas e sua cúpula, a democracia ilusória de um estado popular, já não surte efeito sobre as massas. Por isso o capital, sentindo uma grande ameaça, se serve de um novo engano, mitológico nesse caso. O capital prioriza aqueles que carecem de contemporaneidade, aqueles que nutrem a fraude e que estão encapsulados em si mesmos, longe do tempo presente, e sem sabê-lo. O empobrecimento dos camponeses e da classe média se soma ao do proletariado. Então, o fascismo se torna necessário para controlar os proletários e isolá-los ideologicamente das camadas proletarizadas (Bloch, 2017, p. 42).

Logo, em si mesmos os elementos não-contemporâneos não são perigosos, mas tornam-se quando apropriados pela reação: a “perspicácia” dos nazistas foi a de ter manipulado, no interior da crise econômica, da inflação, do empobrecimento das classes trabalhadoras e das camadas não-contemporâneas, as insatisfações, os sonhos, os desejos mais antigos, pautados na recuperação de um passado idealizado. É nesse sentido que Bloch critica o marxismo dominante, à medida que essa tradição se restringiu ao terreno da economia, ao terreno da razão, na luta contra o fascismo. Daí compreender que aquilo que o “partido” fez estava correto, mas o que não fez é o que constitui seu erro. Na visão do autor, torna-se crucial não deixar tais elementos não-contemporâneos nas mãos da reação.

Em resumo, o pensador está a refletir os aspectos superestruturais que — ao lado das circunstâncias objetivo-materiais — propiciaram a ascensão do discurso da extrema direita sobre amplas camadas sociais. Na riqueza de sua análise, Bloch trata do que chama de uma cultura do divertimento que contribuiu para a “sedução” dessas camadas, em termos muito próximos do que farão Theodor Adorno e Max Horkheimer na década seguinte ao tematizar a indústria cultural. Nesse quadro se forjou uma “embriaguez” coletiva que culminou nos campos de concentração, no ódio cruel a judeus, ciganos, socialistas etc. Ora, instrumentos dessa cultura do divertimento usados pelos nazistas constituíram o cinema, os concursos de dança e os jornais que propiciaram massivamente o uso político da mentira. Conforme pontua o pensador judeu:

O nazista se disfarça porque não pode mostrar sua aparência verdadeira e dar voz ao que realmente deseja. O nazista se mostra revolucionário: como já sabemos, o mais terrível terror branco que a história jamais viu contra o povo e contra o socialismo se veste de socialismo. Com esse objetivo sua propaganda tem que desenvolver uma ampla aparência revolucionária (Bloch, 2019, p. 79).

Naquela época de crise, teorias de supremacia racial foram abraçadas, sobretudo, pelas classes médias, jogadas no meio da grande massa de pauperizados, sedentas por reafirmar sua relevância e distinção (o seu ideal é o burguês) no meio em que vivem. O filósofo escreve o seguinte: “O homem médio adora se sentir nobre. Isto substitui para ele a manteiga que falta para o pão” (Bloch, 2017, p. 34). A teoria nazista da supremacia ariana envolve totalmente o homem explorado em uma camisa de força sangrenta, dando-lhe a “honra” alemã como pão, alcançando o objetivo de sufocar as lutas sociais por melhores condições de vida.

Ora, um dos objetivos buscados pelos nazistas foi, na perspectiva blochiana, alcançar um processo de desproletarização mediante uma distorção inédita e ilimitada da realidade.

Num discurso político fundado na falsificação do universo social de modo a satisfazer os interesses de seu “sustentador financeiro” — numa época de crise que havia conhecido na década de 1920 a radicalização à esquerda das lutas políticas (mais precisamente entre 1918 e 1923) —, em seu discurso ideológico os nazistas tentaram sustentar a inexistência da luta de classes, negando o conflito entre exploradores e explorados, e buscando afirmar que a suposta raça pura pertenceria, inteira, à nação/pátria/povo alemão:

Estes pedem aos assassinos e às suas vítimas que se cumprimentem como se fossem camaradas, enquanto realizam a superação do proletariado mediante fuzilamentos e campos de concentração. [...] O signo mais evidente de sua natureza pequeno-burguesa é a insistência à exaltação das “profundeza do povo”, a partir da qual se aborta a consciência proletária, e a consciência de casta é reforçada (Bloch, 2017, p. 54).

Desta feita o “ariano”, satisfeito com seu sangue, “não exige que as riquezas da nação sejam divididas” (Bloch, 2019, p. 61). Como podemos perceber, a nação interpretada racialmente caminha na direção da correspondência com os interesses da grande burguesia. Esse processo de desproletarização conduz ao não reconhecimento do abismo social e material que separa os interesses do pequeno camponês do grande latifundiário; do industrial e do proletário; do jovem operário em relação aos filhos das elites econômicas. Todos pertencem, nesta distorção da realidade, a um abstrato e homogêneo povo que não existe em lugar algum do tempo e do espaço. Este sentimento de pertencimento a um povo (nação) superior produz, no proletário, a passividade ante a miséria e às profundas desigualdades e, no empregado [pequeno-burguês], o sentimento de pertencer a uma casta de nobres teutões de modo a, conforme a “receita dos remédios de Hitler, matar seus complexos de inferioridade” (Bloch, 2019, p. 82). Aos pequeno-burgueses e aos proletários se vende, pois, o orgulho do pertencimento à comunidade nacional alemã, portadora dos mesmos interesses.

A obra *Herança dessa época* questiona acerca da atuação de elementos do passado no presente, resgata a reflexão em torno de conceitos como nação/pátria — tão amados pelos fascistas de todos os lugares —, mostrando a historicidade de sua realidade. Assim, essa ideia de nação é pensada como muito recente, e não como pertencente ao povo ariano desde tempos imemoriais. O filósofo escreve: “a nação como objeto do sentimento patriótico só surge com a Revolução Francesa e com a vitória da burguesia francesa que rompeu com a soberba internacional da nobreza” (Bloch, 2019, p. 63-64). Aliás, como a Alemanha teve um processo de unificação tardio, Bloch pensa que o recente amor alemão pela pátria — “que se articulou ao mito ariano de ódio aos judeus” — sequer surgiu da burguesia alemã, mas sim através da Revolução Francesa e da burguesia francesa, revolucionária na época, bem como

através da tradição bíblica dos judeus. Escreve o autor: “não se conhece cultura alemã sem a Bíblia; os melhores alemães não se assimilaram menos à *Bíblia* do que os melhores judeus à cultura alemã” (Bloch, 2019, p. 63).

Para o pensador judeu, o medo ao povo é o que fundamentou teorias acerca de um sentimento patriótico nacional que procede do sangue. Assim, a sociologia e ciência nazistas também não passam de mecanismos de produção de embriaguez e de falsa consciência. Logo, acerca do fascismo e de sua ciência,

Se trata de um darwinismo ao ponto do delírio (seleção natural e ideias similares). Porém, o sangue que emana de sua análise tornou-se um objeto místico e a serviço de uma nova ideologia da pátria. Essa nova ideologia é certamente melhor compreendida pela economia do que pela medicina: é assim que o marxismo cerca e acorrenta até mesmo aqueles que subjetivamente acreditam, em sua ignorância, tê-lo superado (Bloch, 2017, p. 75).

Como podemos concluir, com base nos elementos analisados por Bloch no início dos anos 1930, ao refletir sobre a realidade alemã do nazi-fascismo, o autor apresenta sua explanação na perspectiva de uma contribuição filosófica pensada na direção do marxismo. Na crítica ao marxismo vulgar, há uma ênfase na necessidade de se pensar dialeticamente as condições econômico-materiais e superestruturais capazes de levar à compreensão de um fenômeno complexo como o fascismo. É aí que se inscreve a necessidade de se pensar, ao lado dos elementos contemporâneos, também os elementos não-contemporâneos, superestruturais, herdados de formas econômicas superadas, mas que atuam ainda no presente, contemporaneamente. Cabe-nos, ainda uma vez, reiterar que, para Bloch, pensador marxista, é antes de tudo com base na economia, na análise das relações de produção capitalistas, que esse complexo processo pode ser compreendido. Isso é constantemente repetido nas linhas do texto de *Herança dessa época*.

Aqui, podemos questionar a saída possível que o filósofo de Ludwigshafen reflete como solução para a “questão judaica”. Aterrorizado ante a barbárie extrema do fascismo, a análise de Bloch vai ao encontro do judeu Marx, compreendendo a inexistência de uma solução isolada para o problema de minorias nacionais. Em outros termos, somente na luta anticapitalista há solução possível. Logo, na década de 1930, ao escrever *Herança dessa época*, o filósofo não caminhou na direção do sionismo. Muito ao contrário. Na década de 1940, quando da construção do Estado de Israel, o filósofo escreverá — em *O Princípio Esperança*, que trataremos adiante — uma crítica radical à saída sionista. Aliás, nas duas obras o filósofo faz referência à expressão alemã *Heimat*, a ele tão cara, oriunda do antigo sonho judeu pela pátria/lar/terra prometida, apropriado pelos nazistas, mas que de modo algum pode ser

confundido com o ideal nazista de nação. Conforme escreve em *Herança dessa época*, texto dos anos 1930,

A nação é muito mais um lema imperialista e agressivo (em conexão com a luta competitiva dos grandes estados capitalistas) ou uma sublimação da revolução mediante o mito da pureza racial. A pátria só pode se realizar desapropriando os que se beneficiam desta, mediante a supressão das classes, mediante a expropriação da terra e de todos os meios de produção. O Estado racial engana os camponeses e os pequeno-burgueses e dispara contra os proletários; parece uma unidade nacional dotada de uma ideologia em que o elemento arcaico é somente algo muito inautêntico (Bloch, 2019, p. 106).

Para além da questão judaica: a recusa do sionismo

O Princípio esperança é uma obra escrita por um pensador marxista-judeu alemão, em seu exílio americano no contexto da Segunda Guerra e da ascensão do nazismo nos anos 1940. O texto foi escrito ante o horror que o terrorismo de Estado havia praticado, ante a barbárie dos campos de concentração, experiência em tão grande grau de violência que sequer os romanos haviam praticado contra os judeus. Podemos ler no texto:

Não existe sofrimento comparável ao sofrimento judeu. Também outros pequenos povos foram dispersos, deportados do seu chão. Na sequência, porém, desapareceram rapidamente. As outras tribos que haviam sido arrastadas até o Nilo para trabalhar caíram no esquecimento e nem sequer seus nomes são lembrados pela tradição (Bloch, 2006b, p. 153).

O nosso tempo é marcado não somente pela irresolução da chamada “questão judaica”, mas, ante a farsa que o imperialismo europeu-americano deu para a solução desta, vimos surgir a “questão palestina”. Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, escreveu inúmeras obras denunciando o risco de considerarmos o ocorrido nos campos nazistas — um “enorme edifício de violência e de ameaça” (Levi, 2004, p. 14) — como o irrepetível na história.

Pois bem: temos, em nossos dias, um campo de concentração a céu aberto. Este campo é a Faixa de Gaza. Desta feita, vale percorrermos a reflexão de Ernst Bloch em *O Princípio esperança*, na qual, novamente preocupado com a situação dos judeus na Europa, foi um dos primeiros a denunciar a invasão e a colonização da Palestina, resultando na expulsão das populações locais de seu território para a constituição do Estado de Israel, projeto tão ansiado pelos sionistas.

Na quarta parte de *O Princípio esperança*, o trigésimo sexto capítulo contém um tópico dedicado à *Velha terra nova, o programa do sionismo*. A atualidade desse texto encontra-se no “grito” filosófico-político contra o fascismo, no antissionismo radical e na posição tomada pelo autor frente ao conflito judeu-árabe no Oriente Médio. Foi na oposição ao fascismo que Bloch realizou uma tomada de posição quanto à questão judaica, conforme debatemos ao refletir o texto *Herança dessa época*. Quanto à questão judaica, mesmo após o holocausto, o filósofo judeu realizou uma recusa radical à saída sionista, mais precisamente àquela orientação que se propagou, sobretudo, a partir do discurso de Theodor Herzl (1860-1904), ou seja, uma perspectiva que, expressa no livro *O Estado Judeu* (1896), defendeu que a solução para o antissemitismo seria a criação de um estado nacional judeu¹². Marcadamente sem socialismo, e sem qualquer compreensão mais ampla do problema, no entender de Bloch o sionismo de Herzl era mais condizente com os interesses de certa burguesia judaica, na linha da qual a (não) resolução da questão judaica perpassaria o apoio de algumas potências européias. Escreve o filósofo que, para os sionistas,

Os caminhos para Canaã passavam por um realismo político e pela diplomacia, mediante astuta consideração de manobras existentes e interesses imperialistas de algumas potências. [...] [Assim] O que em [Moses] Hess era ingenuidade ou uma espécie de romantismo [...], tornou-se em Herzl uma concordância capitalista. [...] [No livro de Herzl havia] poucos elementos judaicos, quase nada que se diferenciava do empreendimento civilizador ocidental. [...] A Sião de Herzl foi [...] uma utopia do imediatamente alcançável com pano de fundo democrático-capitalista (Bloch, 2006a, p. 158).

Fato é que países como a Inglaterra e a Alemanha interessaram-se pelo sionismo. Em 1898, o imperador alemão Guilherme II reuniu-se com Herzl, propondo um Estado judaico na Palestina sob proteção alemã. O imperialismo alemão, todavia, perdeu para a Inglaterra o início do que culminaria na formação do Estado de Israel. Em 1917, foi promulgado um território judeu na Palestina sob mandato britânico por meio da *Declaração de Balfour*, onde o

¹² Bloch tem uma posição respeitosa, contudo, ao que chama de “utopia sionista” de Moses Hess, um socialista que havia sido amigo de Marx e Engels na juventude, membro da ala esquerda da escola hegeliana, autor do livro *Roma e Jerusalém* (1862) — na opinião de Bloch, “o mais comovente livro do sonho sionista” (Bloch, 2006, vol. II, p. 155). Hess foi um dos primeiros pensadores a relacionar o judaísmo (conforme sua leitura do messianismo judaico) e o movimento proletário. Todavia, Bloch atribui a esse pensador uma compreensão ingênua “dos fatos materiais econômicos da história”, numa filosofia prática e num socialismo que não foi entendido “em termos de transformação econômica”, mas aderiu a uma concepção que considera a raça como fator decisivo da transformação histórica. Assim, foi ansiando a transformação social, e “unicamente com essa finalidade, [que] esse socialista internacional planejou “um centro de ação na Palestina. [...] Assim é a utopia sionista de Moses Hess, sonhada e projetada como *ab ovo*, a partir dos profetas, socialista. [...] [Assim, frente a Theodor Herzl] O sionista romântico Moses Hess [...] estava muito mais ligado ao antigo messianismo, foi um crente na Sião social que lutou no movimento operário até o dia em que morreu, que precisamente em sua conexão com o movimento operário internacional acreditava estar ativando o espírito dos profetas” (Bloch, 2006, vol. II, p. 157-158).

programa sionista começou a realizar-se: “A classe dominante não espera por Elias. Pelo contrário, a inglesa já estava há muito interessada em garantir o caminho terrestre para a Índia, e a Palestina ficava no ponto certo” (Bloch, 2006a, p. 160). Assim, os britânicos passaram a patrocinar a ocupação do território palestino por imigrantes judeus, já com o intuito de criar um Estado independente e exclusivo para aqueles. Acerca desse processo, Bloch escreve:

O sonho sionista foi realizado — se é que se pode considerar como tal — em tempo hábil para instalar um albergue para as posteriores vítimas do fascismo. Ou melhor: teria acontecido a tempo se a Inglaterra, que inaugurou o albergue, não o tivesse fechado no exato momento em que mais se precisava dele. Ao invés disso, foi publicado em 1939, o ano apropriado, um *White Paper* com o seguinte conteúdo: nos próximos cinco anos serão admitidos no máximo 75.000 judeus [...]. Uma conjuntura comercial tranquila no Egito árabe e na Índia muçulmana sem dúvida era mais bem-vinda ao coração dos filantropos ingleses que salvar a pele dos judeus europeus (Bloch, 2006a, p. 160).

Numa obra completamente marcada pelo chamado à filosofia de colocar os pés no mundo real, e posicionar-se ante os problemas políticos fundamentais de seu século, Ernst Bloch reflete acerca das novas roupagens com que o imperialismo das grandes potências econômicas passa a atuar. Com isso, o sonho judaico que ansiou pelo retorno à Canaã terminou por ser apropriado pelos interesses de grupos capitalistas, tornando-se “uma figura bem-vinda no tabuleiro da política imperialista (...), na qual o canal de Suez e o petróleo de Mossul, a tensão árabe e o campo de forças britânico, o império decadente e o monstro americano” (Bloch, 2006a, p. 160;165) desaguam num campo minado. E, nesse tabuleiro, o pensador alemão acusa a falsidade do discurso humanitário que, na boca das potências mundiais, abraçou o sionismo. Desta feita, acerca da atuação da Inglaterra, Bloch acusa a falsidade do filantropismo da grande potência europeia afirmando que o país europeu

Simplesmente deixou alguns milhões de judeus para serem massacrados pelos nazistas. Sim, ao interditar que aportassem na Palestina, tangeu-os de volta às mãos deles. A Inglaterra foi cúmplice do assassinato que, moralista como sempre, condenava tão calorosamente. [...] Desse modo, o Estado judeu de Herzl acabou em um *numerus clausus* [cota restrita] do direito residencial judaico [...]. A terra dos judeus tornou-se uma terra da qual judeus politicamente incômodos podem mesmo ser deportados (Bloch, 2006a., p. 161).

Logo que findou a Segunda Guerra, após o holocausto, no qual milhões de pessoas, em sua maioria judeus, foram assassinadas por meio da violência programática realizada pelo Estado nazista alemão, foi fundado o Estado de Israel, em 1948. A Palestina foi dividida: uma parte reservada ao Estado judeu e outra aos palestinos. Desde então, um conflito estabeleceu-se, até os nossos dias, entre o Estado judaico e os palestinos. Desde sua

implantação, Israel tem empreendido sucessivas expansões de seu território por meio da violência, expulsando as populações locais e ocasionando uma “diáspora” palestina, demonstrando o caráter colonial do sionismo. O Estado de Israel, bem como a maior parte da imprensa mundial, passou as últimas décadas afirmando ser esse conflito, sobretudo, religioso. Escrevendo *O Princípio esperança* no exílio americano entre os anos 1939/1947 — revisando no início dos anos 1950 —, mostra-se extremamente atual a seguinte colocação do filósofo alemão acerca do modo como o sionismo estabeleceu-se na Palestina, compreendendo o caráter colonialista do Estado judeu, que passaria a promover uma violência ímpar às populações palestinas:

Sião se tornou uma pequena fração dos negócios [imperiais]. (...) Por acontecer como invasão, a secessão judaica tornou-se um objeto de ódio do movimento nacional revolucionário árabe. [...] Os judeus que escaparam do fascismo, ou simplesmente da discriminação social, caíram em um novo conflito com os árabes, e o planejado Estado judeu ficou em situação mais precária que qualquer assimilação até Hitler (Bloch, 2006a, p. 161).

O que os judeus passaram a chamar de “direito de retorno” para a Palestina significou a expulsão de suas casas (sem indenização) e de suas terras para as populações árabes cujos ancestrais lá habitavam há milhares de anos. O Estado judeu passou a realizar sucessivas guerras com a finalidade de apoderar-se dos territórios árabes, já restritos a mínimas partes do território original¹³. Esse processo que, em seu princípio, valeu-se do argumento de solucionar a “questão judaica”, acabou por criar a “questão palestina”: hoje são mais de seis milhões de palestinos refugiados, constituindo um dos maiores grupos de refugiados do mundo. Bloch, que em sua longa vida pôde assistir, dentre outros conflitos, a guerra de 1967, encabeçada pelo belicoso Estado judaico com a finalidade de aumentar o controle político-territorial nas terras da Palestina, escreveu:

Povoado pela fuga diante do fascismo [...], o próprio Israel se tornou o vira-lata — nem sequer bem tratado — do imperialismo norte-americano na Ásia Menor. O arquétipo Moisés e o outro: Egito-deserto-Canaã desenvolveram poder e esperança diferentes nas revoluções. Contudo, o Estado judeu se configurou

¹³ Conforme reflete Igor Fuser, pesquisador do conflito árabe-judeu, de modo algum esse conflito deve ser apontado como um conflito, em última instância, religioso. Aliás, nas terras da Palestina, até o século XIX, viveram cristãos, árabes e judeus, sem registro de conflitos significativos. Tais conflitos iniciaram com o processo de ocupação apoiado por potências econômicas como a Inglaterra e os EUA. Sobre a criação do Estado judaico, em artigo intitulado *Palestina: uma questão de justiça*, Fuser escreve: O Estado de Israel foi criado com base no confisco das terras dos palestinos e na negação dos seus direitos. A violência está embutida no projeto sionista desde a sua concepção, no final do século XIX, quando Theodor Herzl formulou a palavra-de-ordem de “uma terra sem povo” (a Palestina) “para um povo sem terra” (os judeus). Estava lançada ali a semente da “limpeza étnica” que acompanhou a fundação do Estado de Israel, em 1948, quando 700 mil árabes, moradores da região desde tempos imemoriais, foram obrigados a abandonar seus lares” (Fuser, 2009).

assim e parece que esses seus arquétipos se tornaram estranhos ao judaísmo [...]. O anti-semitismo não é nenhuma instituição perpétua, como os sionistas tentam levar a crer. E se fosse não seria mitigada pela invasão de uma terra árabe, com novos atritos (Bloch, 2006a, p. 162).

Mais uma vez, vale lembrar que as cortantes palavras acima são escritas no exílio por um pensador judeu que, fugindo dos campos de concentração nazistas, havia passado a viver “em uma América na qual ele não [teve] o sentimento de encontrar refúgio” (Bouretz, 2011, p. 690). Na *opus magna* do filósofo aqui em questão se apresenta de extrema atualidade a reflexão sobre a questão judaica e a recusa à saída sionista, pontuando já nos anos 1940 – ainda que não haja um desenvolvimento mais amplo – que a concretização do projeto sionista levaria a Palestina a tornar-se uma zona de conflitos, posto ter, no dizer de Bloch, “ocorrido como invasão” (Bloch, 2006a, p. 161). O filósofo tem, pois, a clareza de tratar-se o sionismo e sua concretização – o Estado de Israel – de um projeto colonial financiado e sustentado pelos interesses imperiais das elites europeias e americanas, judaicas ou não. Daí concluir que o próprio Israel “se tornou o vira-lata [...] do imperialismo americano na Ásia Menor” (Bloch, 2006a, p. 162). Se o sionismo não representou a solução para a questão judaica, sua concretização enquanto aparelho de um Estado colonial significou o surgimento de uma “questão palestina”.

A questão palestina

Como dissemos anteriormente, o gueto de Gaza se assemelha a um campo de concentração que está, hoje, diante de um massacre sem precedentes nas últimas décadas. Desta feita, vale considerarmos a atualidade e profundidade dos parágrafos dedicados por Bloch, em *O Princípio esperança*, a refletir a constituição do Estado sionista e os conflitos daí decorrentes no contexto geográfico do Oriente Médio, denunciando a invasão e a colonização da Palestina.

Não estando vivo para acompanhar, em nossos dias, a política empreendida por um governo de extrema-direita (eleito pela maior parte da população israelense) que concretiza o racismo, o *apartheid* e o genocídio contra o povo palestino — governo esse que tem recusado pedidos de asilo de africanos e expulsado refugiados deste continente que buscam um solo na tentativa desesperada de salvar a própria vida, tal como os judeus o fizeram durante séculos desde a diáspora (Cf. G1, 2014). Numa clareza profunda quanto aos interesses econômicos que constituíram o Estado de Israel, Bloch concluiu que, tal como

se deu na Palestina, a realização do sionismo contribuiu para “que o próprio Estado de Israel se tornasse fascista” (Bloch, 2006a, p. 162).

Completados já 75 anos de fundação do Estado de Israel, o mundo tem assistido um aprofundamento sem precedentes do massacre da população palestina pelo governo e exército de Israel, cujo apoio militar e financeiro pelo império americano alcançou números extraterrestres. O belicoso Estado “judeu” tem justificado a matança sob a justificativa de autodefesa ante a ação liderada pelo Hamas no 7 de outubro de 2023. Israel, além das bombas cotidianamente jogadas indiscriminadamente sobre as populações da Faixa de Gaza – onde mais de um terço dos mortos até o momento são crianças –, tem usado outras técnicas para empreender o genocídio em curso, como destruir toda a infraestrutura local, e impedir o acesso de quase 2,5 milhões de pessoas à comida e água, inviabilizando as condições de sobrevivência locais. Como disse Albert Camus, é perigoso não chamar as coisas pelo nome certo, isto é, o massacre praticado pelos sionistas, hoje, no gueto de Gaza é, certamente, genocídio – como foi um genocídio o assassinato em massa praticado outrora pelos nazistas contra os judeus.

É necessário pontuarmos — na recusa do mentiroso argumento do governo de extrema direita de Benjamin Netanyahu ao falar em direito de autodefesa — que o massacre dos palestinos não é recente, mas perdura desde a *Nakba*, tratando-se de uma política colonial que tem empreendido, há décadas, limpeza étnica continuada. A propósito do massacre em curso na Faixa de Gaza, é esclarecedora a seguinte colocação do historiador judeu Ilan Pappé:

As políticas de eliminação podem ser genocídio, limpeza étnica ou *apartheid*. Eles assumem formas diferentes em locais diferentes ou no mesmo local, dependendo da capacidade, das circunstâncias históricas e da situação. No entanto, o que está acontecendo em Gaza não pode ser separado destas políticas israelenses de eliminação dos nativos, que têm a sua origem no pensamento sionista (...), e que na década de 1930 se tornaram uma estratégia que foi implementada pela primeira vez em 1948, com a limpeza étnica que culminou com a expulsão de metade dos palestinos e a destruição de metade das cidades da Palestina. A propósito, muitas cidades israelenses foram construídas sobre as ruínas dessas aldeias palestinas de 1948, e um número considerável de palestinos que entraram nos kibutzim eram refugiados de terceira geração dessas mesmas aldeias destruídas não muito longe de Gaza. Isso também faz parte da história (Pappé, 2023, p. 9).

Trata-se, pois, de recusar a miopia e a farsa empreendida também pelos discursos da grande imprensa ocidental, ao vender a propaganda de guerra sionista de autodefesa como método aceitável para garantir a segurança nacional. Contra a política do Estado colonial sionista, inúmeras manifestações de defesa dos palestinos e contra o massacre tem crescido no mundo. Como temos assistido diariamente, os sionistas acusam tais vozes de

antisemitismo, tentando deste modo silenciar os críticos do genocídio e a recusa ao sionismo.

Como bem explicitou o cientista político judeu-americano Norman Finkelstein (1953) em seu livro *A indústria do holocausto* (2000), a memória do holocausto passou a ser capitalizada como instrumento político para silenciar as críticas ao Estado sionista e sua política no Oriente Médio. Conforme escreve, “como ideologia (...), o Holocausto provou ser a arma perfeita para esvaziar as críticas a Israel. (...) O Holocausto representou o mesmo papel que Israel: outra peça sem valor no arriscado jogo de poder” (Finkelstein, 2001, p. 41). Aliás, nas entrelinhas do próprio texto de Bloch, já vemos uma reflexão acerca do uso estratégico do antisemitismo pelos sionistas, naturalizando — ao menos na prática — um fenômeno histórico-político que deve, antes, ser compreendido. De todo modo, diz o filósofo judeu, “o anti-semitismo não é nenhuma instituição perpétua, como os sionistas tentam levar a crer. E se fosse não seria mitigada pela invasão de uma terra árabe, com novos atritos” (Bloch, 2006a, p. 162).

A maneira como tal conflito tem se realizado ao longo dos últimos 75 anos pode ser explicitado por meio de uma imagem: em 2016, uma garota palestina de 16 anos, habitante da Cisjordânia, ao ver sua casa invadida por soldados do exército israelense, cuja finalidade era disparar contra um grupo de garotos (parentes seus) que os ameaçavam com pedras, aproxima-se de um dos soldados, dando-lhe uma bofetada, que, dessa vez, não foi revidada por este, tal como é a regra determinada pelo Estado judaico. A garota foi presa, sob 15 acusações; o ministro da educação de Israel comentou, à época, que devem receber prisão perpétua garotas como Ahed Tamimi — esse é o nome, que merece ser dito, da jovem militante da resistência palestina¹⁴; o soldado foi duramente criticado por boa parte da população judaica por não reagir.

Se o povo judeu experimentou sofrimento e perseguição ao longo de séculos, o povo palestino não teve destino diferente nas últimas décadas. Em sua obra *A limpeza Étnica da Palestina* (2006), Ilan Pappé (1954 –) pontua os horrores cometidos pelas tropas israelenses para expulsar o povo palestino de suas terras. Os relatos detalhados pelo historiador israelense são chocantes. Além de impactantes, seus relatos elucidam o massacre praticado contra os palestinos e a responsabilidade dos sionistas. Sua pesquisa histórica oferece um

¹⁴ Nos conflitos recentes que se aprofundaram desde outubro de 2023 e tem empreendido um massacre que se aprofunda sobre a Faixa de Gaza, distante dali, na região da Cisjordânia (onde o Hamas não atua), soldados israelenses invadiram mais uma vez a casa da jovem Ahed Tamimi (hoje com 22 anos) — na truculência, sem mandado judicial, por uma polícia política, talvez numa cena típica às vividas por milhões de judeus, ciganos e comunistas durante a Shoah. A jovem foi acusada de “incitação ao terrorismo”, afinal, não somente aqueles que participam da resistência palestina em Gaza são cotidianamente acusados de terrorismo, mas todo aquele que questione o poder arbitrário do Estado racista de Israel.

quadro que constata a invenção do Estado de Israel, mostrando, a partir da história do conflito, que o racismo fez e ainda faz parte da natureza colonialista do sionismo:

Uma vez que a mensagem enviada ao mundo foi que, no caso do Estado de Israel, a limpeza étnica era um método aceitável de estratégia de segurança nacional, não é surpreendente que a limpeza étnica tenha continuado. Israel expulsou 36 pessoas entre 1948 e 1967 dentro de Israel, Israel expulsou 300 mil palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza durante a guerra de junho de 1967. De 1967 até hoje, Israel expulsou quase 700 mil palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. E enquanto falamos, Israel continua a limpeza étnica em locais como Maghazi, Gaza, no sul, nas montanhas de Hebron, na área da Grande Jerusalém e noutros locais da Palestina. A limpeza étnica tornou-se o DNA da política israelense em relação aos palestinos, empregando centenas de milhares de pessoas para levá-la a cabo, porque não se trata de limpezas étnicas massivas como em 1948, mas sim de uma limpeza gradual. Às vezes é a expulsão de uma pessoa ou de uma família, às vezes é o encerramento de uma cidade ou o cerco à Faixa de Gaza, o que é também uma forma de limpeza étnica, porque se criarmos o gueto de Gaza, não temos de incluir esses dois milhões de palestinos no equilíbrio demográfico de árabes e judeus, porque estes palestinos não têm palavra a dizer sobre o futuro da Palestina histórica (Pappé, 2023, p. 11).

O texto de Ilan Pappé resulta de anos de pesquisa e amplos estudos baseados em arquivos aos quais teve acesso. Arquivos como os da Força de Defesa de Israel, por exemplo. O historiador teve acesso a documentos como registros de reuniões, cartas, documentos da ONU e também da Cruz Vermelha, entre tantos outros, e até mesmo arquivos pessoais do ex-ministro de Israel, Ben-Gurion. Foi prática recorrente deste instigar os soldados israelenses a praticarem a violência contra os palestinos, valendo-se da recordação do holocausto sofrido pelos judeus na Europa e disseminando discursos comparando os palestinos aos nazistas. Ao longo de décadas, as ações dos sionistas têm sido executadas sob comandos previamente planejados. Um desses planos, e dos mais sangrentos, conforme explicitou Pappé, foi o chamado “plano D”. Escreve o autor:

Poucos dias depois de escrito, o Plano D foi distribuído entre os comandantes das 12 brigadas incorporadas agora à Haganá. Junto à lista recebida vinha uma descrição detalhada dos vilarejos no seu raio de ação e de seu destino iminente: ocupação, destruição e expulsão. Os documentos israelenses liberados pelo arquivo das Forças de Defesa de Israel, no fim dos anos 1990, mostram claramente que, ao contrário das alegações feitas por historiadores como Benny Morris [historiador israelense], o Plano Dalet foi entregue aos comandantes de brigadas não como diretrizes gerais, mas como categóricas ordens para a ação (Pappé, 2011, p. 103).

Aqui se trata de denunciar os crimes cometidos pelo sionismo — crimes já denunciados por Bloch na década de 1940, quando da constituição do Estado de Israel, recusando o uso ideológico d'O Holocausto como arma para legitimar o genocídio palestino,

como se o sofrimento de um povo pudesse legitimar o ódio e massacre sobre outro povo: tal é o que os sionistas têm buscado em suas recentes ações na Faixa de Gaza (e também na Cisjordânia, onde o Hamas não atua, é válido lembrar). Daí a denúncia de judeus como Bloch (já na década de 1940), Pappé, Finkelstein, e tantos outros (judeus e não-judeus). Desta feita, sobre os eventos recentes, é válida a seguinte colocação de Ilan Pappé, que bem poderia ser um texto escrito por Bloch, acaso estivesse vivo tentando “ler” a situação política nas terras palestinas em nossos dias:

Este é o único pilar histórico para responder quando alguém nos diz que se agitarmos a bandeira palestina estaremos apoiando o terrorismo ou a usar aquela linguagem vil que as pessoas agora usam contra os palestinos. Se as pessoas comparam o que aconteceu na manhã de 7 de outubro com o Holocausto — e assim deturpam totalmente o Holocausto, a sua memória — ou não o compreendem ou não sabem o que estão dizendo. Mas mesmo que insistam e tentem dar palestras sobre moralidade, é muito importante situar este acontecimento específico na história mais ampla da Palestina moderna, e na história particular do cerco desumano a dois milhões de pessoas em Gaza. (...) Por isso não se surpreendam quando as pessoas transbordarem: há indignação, há vingança, há violência, claro que há (Pappé, 2023, p. 11-12).

Na década de 1940, aliás, Bloch havia apontado que, por acontecer como invasão, ocupação indevida das terras palestinas, “a secessão judaica tornou-se um objeto de ódio do movimento nacional revolucionário árabe” (Bloch, 2006a, p. 161). Desta feita, o pensador judeu compreendeu não somente que o sionismo não poderia representar a solução da questão judaica, mas também que sua concretização como aparelho de Estado representou o surgimento de toda uma ordem de problemas no contexto geopolítico do Oriente Médio. A propósito da recusa radical ao sionismo como saída para a solução da questão judaica, ele escreve: “A transformação [possível] não seria debitada ao judeu Herzl [...], mas ao judeu Marx, que não era sionista, mas unicamente se tornou o que é e foi capaz de fazer o que fez porque não foi sionista” (Bloch, 2006a, p. 161).

Se descortina no texto de Bloch a memória de *Sobre a Questão Judaica* (1844), quando Marx, sempre muito disposto a um embate político fundamental, entrou em linha de colisão com Bruno Bauer (1809-1882), posto que este, em sua visão, havia reduzido o problema da emancipação política dos judeus a uma questão puramente religiosa. Para Marx, tratava-se, já nesse texto de 1843, não somente de recusar o Estado cristão e exigir o Estado laico (tal qual fez Bauer, como requisito para a emancipação política dos judeus), mas de se fazer a crítica do Estado, uma vez que este é apenas uma máquina administrada pelas classes dominantes para garantir seus interesses econômicos.

Nesse sentido, há a necessidade de transformar a questão judaica numa crítica de toda a sociedade. No entender de Ernst Bloch, via Karl Marx, a questão judaica possui um fundo social que é o motivo real de sua existência: “Vemos o erro de Bauer no fato de submeter à crítica tão somente o ‘Estado cristão’”, mas não o “Estado como tal”, no fato de não investigar a relação entre emancipação política e emancipação humana” (Marx, 2010, p. 36).

Desta feita, no livro escrito no exílio dos anos 1940 — assim como já havia feito em *Herança dessa época*, um livro contra o fascismo — o filósofo pontuou a necessidade de se considerar as raízes socio-econômicas do antissemitismo na Alemanha do século XX. Como vimos, é também no quadro dos interesses econômicopolíticos das potências imperialistas e suas burguesias que o conflito que tem derramado o sangue de tantos palestinos — e engendrado uma das maiores crises migratórias do mundo atual — pode ser compreendido, e donde, evidentemente, a solução possível deve ser buscada. Com efeito, Bloch tem clara a caracterização de Israel como um instrumento político do imperialismo e das elites econômicas para a realização de seus interesses no Oriente Médio. Conforme escreve, “o próprio Israel se tornou o vira-lata — nem sequer bem tratado — do imperialismo norte-americano na Ásia Menor” (Bloch, 2006a, p. 162). Aliás, conclui o filósofo que tais características do Estado judeu são “estranhas ao judaísmo” (Bloch, 2006a, p. 162).

Convém retomar *Herança dessa época*, quando seu autor pensa a situação dos judeus na Europa. Em sua conclusão, o pensador assume uma atitude anti-imperialista e anticapitalista. Retomando a reflexão acerca de um termo tão caro a ele, a saber, *Heimat* (a pátria, o lar, a terra), Bloch conclui que esse é muito mais um projeto almejado, uma reivindicação a ser buscada, pois sob o capitalismo “a nação é muito mais um lema imperialista e agressivo (em conexão com a luta competitiva dos grandes estados capitalistas)” (Bloch, 2019, p. 106). Assim, diz ainda: “A pátria só pode se realizar desapropriando os que se beneficiam desta, mediante a supressão das classes, mediante a expropriação da propriedade da terra e de todos os meios de produção” (Bloch, 2019, p. 106).

Bloch compreende que o sionismo não somente não representou a solução da chamada questão judaica, como tem claro que a sua natureza é colonial, ocorrendo como invasão e dominação das terras palestinas e sua consequente opressão (Cf. Bloch, 2006a, p. 161). Destarte, na perspectiva de um pensamento materialista dialético, as linhas do texto nos levam a concluir que os interesses de palestinos e judeus não somente não são antagônicos — como os sionistas tentam levar a crer —, como caminham na direção das

lutas das classes trabalhadoras em todo o mundo, e são essas, independente do credo e da nacionalidade, que têm levantado hoje a bandeira por uma Palestina livre, do rio ao mar. Assim, quanto à questão judaico/palestina, podemos encerrar nosso texto com as seguintes palavras do filósofo judeu:

A conclusão continua sendo também aqui: não existe solução isolada de qualquer problema de minorias ou nacionalidades em si. Isso significa: não existe uma solução da chamada questão judaica sem uma solução global dos problemas socioeconômicos (Bloch, 2006a, p. 162).

Considerações finais

Ao recusarmos o sionismo enquanto saída para a questão judaica — o que também se vincula à recusa radical ao colonialismo, ao *apartheid* e à limpeza étnica promovidas por Israel contra o povo palestino —, devemos pontuar a relevância das manifestações de milhares de judeus [pelo mundo] contra a violência empreendida em Gaza pelo Estado de Israel e seu governo de extrema direita: “Não em nosso nome!”, dizem eles. É válido insistir na clareza e radicalidade de suas palavras ao recusar a saída sionista:

O que continua atuante no judaísmo em termos de missão social e legado profético (...) Moses Hess o apregoou longe da Palestina e Marx lhe conferiu atualidade mesmo mediante total alienação da Palestina. Sião se situava, para eles, em todos os lugares em que rui “o reino animal social” e acaba a diáspora: a de todos os espoliados. Em um movimento libertário abrangente, os judeus sempre encontrarão espaço, a fim de tornar obsoleto o último gueto (...). Isso parece ser uma pátria autenticamente judaica. (...) Sião está em todo lugar e a montanha local da Palestina há muito se tornou um símbolo (Bloch, 2006b, p. 159;163).

A Palestina é, hoje, símbolo das lutas anticoloniais e anti-imperialistas em nosso século. O povo palestino ao menos desde 1948 luta contra seus colonizadores sionistas. Ora, o judeu Ernst Bloch, em nossos dias, estaria denunciando o cerco a Gaza, estaria levantando a bandeira por uma Palestina livre e posicionando-se ao lado da resistência palestina. E, como escreveu Ilan Pappé ao refletir os eventos recentes,

Quanto mais durar o colonialismo e a opressão, maior será a probabilidade de o surto ser violento e desesperador em muitos aspectos. É extremamente importante lembrar às pessoas a história das rebeliões de escravos neste país e como elas terminaram com as revoltas dos nativos americanos, as rebeliões dos argelinos contra os colonos na Argélia, o massacre de Oran durante a luta do ELT (Exército de Libertação Nacional) para a libertação (Pappé, 2023, p. 6).

A pátria (*Heimat*), tão sonhada pelos judeus por milhares de anos, e clamada hoje pela resistência palestina que luta com paus e pedras pela terra arrancada, enfrentando a máquina de guerra americana que financia o Estado judaico, permanece um sonho não realizado, para os palestinos, e também para os judeus. No capítulo de número 55, o último da imensa enciclopédia blochiana, dedicado ao pensamento de Marx, o pensador judeu Ernst Bloch, simbiose de muitas correntes que se confluem num encontro único na história da filosofia, finaliza sua mais conhecida e menos compreendida obra com o seguinte fragmento, com que também encerramos o presente texto:

O ser humano ainda existe, em toda parte, na pré-história, sim, tudo ainda se encontra numa condição anterior à criação do mundo como um mundo apropriado. A verdadeira gênese não se situa no começo, mas no fim, e ela apenas começará a acontecer quando a sociedade e a existência se tornarem radicais, isto é, quando se apreenderem pela raiz. Porém, a raiz da história é o ser humano trabalhador, produtor, que remodela e ultrapassa as condições dadas. Quando ele tiver apreendido a si mesmo e ao que é seu sem alienação, surgirá no mundo algo que brilha para todos na infância e onde ninguém esteve ainda: a pátria (Bloch, 2006b, p. 462).

Referências

- BLOCH, Ernst. *Rêve diurne, station debout et utopie concrète: Ernst Bloch en dialogue* (Entrevistas com José Marchand em 1974. Trad. Arno Münster). Editions Lignes: Paris, 2017.
- BLOCH, Ernst. *Héritage de ce temps*. Trad. Jean Lacoste. Paris: Payot, 1978.
- BLOCH, Ernst. *Symbole: les juifs: Un chapitre oublié de l'esprit de l'utopie*. Trad. fr. de Raphaël Lellouche. Paris-Tel Aviv: Éditions de L'éclat, 2009.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio esperança**. Vol. I [1954]. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio esperança**. Vol. II [1955]. Trad. Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2006a.
- BOURETZ, Pierre. **Testemunhas do futuro: filosofia e messianismo**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FINKELSTEIN, Norman. **A indústria do holocausto: reflexes sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. Trad. de Vera Gertel. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FUSER, Igor. **Palestina: uma questão de justiça**. 2009. Disponível em <http://www.fecesc.org.br/palestina-uma-questao-de-justica/> Acesso em 15 mai. 2024.

LELLOUCHE, Raphaël. *Les juifs dans l'utopie*: le jeune Bloch, du crypto-frankisme au néo-marcionisme. In: BLOCH, Ernst. *Symbole: les juifs* (Présentation). Éditions de l'éclat: Paris-Tel Aviv, 2009.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOUREIRO, Isabel. *A revolução alemã – 1918-1923*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: O judaísmo libertário na Europa Central*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACIEL, Marta M. A. *Do romantismo revolucionário ao marxismo: política e cultura no pensamento de Ernst Bloch*. Tese (Doutorado em Filosofia) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia UFPB/UFPE/UFRN. João Pessoa, 2018.

MACIEL, Marta. *A herança intacta*: reflexões acerca do romantismo revolucionário de Ernst Bloch. IN: *Escritos sobre o Espírito da utopia*. Org. Ubiratane Rodriguez. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

MACIEL, Marta; RUFINO, Antonio. “**Marxismo e religião ou O ateísmo no cristianismo**: a análise de Ernst Bloch”. *Dialectus*, Fortaleza, nº 21, 2021, pp. 136-154 (Dossiê Ernst Bloch).

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. *Um capítulo na história da estética: debate sobre o expressionismo*. São Paulo: fundação editora UNESP, 1998.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica [1844]*. Apresentação e posfácio de Daniel Bensaïd. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAPPÉ, Ilan. *The ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld Publications, 2011.

MARX, Karl. “El origen de la violencia en Gaza está en la ideología racista de la eliminación del nativo”. In: *Ctxt (Contexto y acción)*. Madrid: nº 302, novembro de 2023.

SCHOENMAN, Ralph. *La historia oculta del sionismo*. Trad. Juan R. Fajardo. Veritas Press, Santa Barbara, CA, USA, 1988.

ISRAEL ‘expulsa’ imigrantes da África, diz ONG. *G1* [online]. São Paulo, 09 set. 2014. Mundo. Disponível em

[G1 - Israel 'expulsa' imigrantes da África, diz ONG - notícias em Mundo \(globo.com\)](#) Acesso em 28 mar. 2024.

KRESCH, Daniela. *Netanyahu expulsa imigrantes africanos de Israel chamando-os de “infiltrados”*. *RFI*. Paris, 05 jan. 2018. Linha direta. Disponível em

[Netanyahu expulsa imigrantes africanos de Israel chamando-os de "infiltrados" - Linha Direta \(rfi.fr\)](#) Acesso em 28 mar. 2024.